



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639934 - SP (2021/0012175-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DAVID DE CASTRO
ADVOGADO : DAVID DE CASTRO - SP360170
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS FELIPE ALVES FARIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS FELIPE ALVES FARIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2271682-02.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 13.11.2020, em razão da suposta prática do delito de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

O impetrante sustenta a nulidade da decisão que converteu a prisão em flagrante, aduzindo que houve somente a manifestação do Ministério Público, em violação ao art. 564, inciso III, letra "c", do Código de Processo Penal.

Assevera a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende o cabimento das medidas cautelares diversas da prisão, de acordo com o art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, o relaxamento da segregação cautelar e a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva. Subsidiariamente, a aplicação das medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à alegação de nulidade da decisão que converteu a prisão em flagrante, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser

conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No tocante à aventada ilegalidade da prisão preventiva e do pleito de aplicação das medidas alternativa, constata-se que a matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 633.294/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência